
MIGRAÇÃO E MEIO AMBIENTE PARA ONDE VAMOS?

*Donald Sawyer**

Tendências do Meio Ambiente

Desde os tempos da pré-história, sendo por isso cada vez mais migrando e do que isso quer dizer é a migração para outros lugares, seja para trabalhar, seja para estudar, seja para viver. A migração é um fenômeno natural e necessário para a sobrevivência da humanidade. No entanto, a migração em massa, especialmente a migração de campo para cidade, tem se tornado cada vez mais comum. Isso se deve a uma série de fatores, como a busca por melhores condições de vida, a necessidade de trabalho e a falta de oportunidades locais. A migração também pode ser motivada por conflitos armados, perseguição política ou religiosa, e desastres naturais. Em qualquer caso, a migração é um processo complexo que envolve muitos aspectos sociais, econômicos e ambientais. É importante entender as causas e as consequências da migração para poder lidar melhor com esse fenômeno.

Foto: Arquivo CEM





o Brasil, como no resto do mundo, são poucos os estudos que tratam sistematicamente das relações entre migração e meio ambiente. Do lado da demografia, persiste a perspectiva malthusiana, que se preocupa com a corrida entre os recursos naturais e o crescimento populacional, visto como resultado de fecundidade elevada. Nas pesquisas sobre população e meio ambiente, não é comum focar a migração como componente da dinâmica demográfica, nem focalizar outros elementos da mobilidade populacional tais como a circulação temporária. Do lado da ecologia, existe o mesmo viés malthusiano.

Neste artigo, focalizamos as tendências passadas e futuras da migração e do meio ambiente no Brasil, chamando a atenção para as inter-relações. Consideramos a migração dentro de um conceito amplo, que abrange desde os movimentos populacionais internacionais ou nacionais que implicam mudança de residência permanente, ou seja, a definição clássica da migração, até a circulação temporária, movimentos pendulares diários entre residência e trabalho e mesmo o turismo de diversos tipos. Meio ambiente, por sua vez, também entendemos no seu sentido mais amplo, incluindo ambientes naturais ou construídos, depleção ou poluição, impactos locais ou globais, agenda "verde" ou "marrom". Na sua dimensão humana, o meio ambiente abrange a qualidade de vida. Neste artigo, vamos além, procurando focar meio ambiente como elemento do desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolvimento que atende às necessidades das presentes gerações sem prejudicar as possibilidades das futuras (Brundtland, 1987).

É importante ressaltar que as relações entre migração e meio ambiente se dão nos dois sentidos: tanto a migração pode causar impactos ambientais como também as condições ambientais podem afetar a migração. Além disso, os efeitos podem ser cumulativos, constituindo círculos viciosos ou virtuosos.

Consideramos que os processos migratórios e ambientais e suas interações

nunca ocorrem "naturalmente" ou num vácuo, mas são mediadas e condicionadas pelo contexto social, econômico e político, conforme se trata de país desenvolvido ou em desenvolvimento, de populações ricas ou pobres, de sistema político autoritário ou democrático, de homogeneidade ou diversidade étnica ou cultural.

Este trabalho resume as tendências da migração e do meio ambiente no Brasil e descreve algumas das consequências demográficas e ambientais no contexto do desenvolvimento sustentável e da globalização. Identifica algumas situações críticas ou ilustrativas. Também apresenta algumas reflexões sobre as implicações políticas e o que fazer, no plano governamental ou da ação cidadã.

TENDÊNCIAS DA MIGRAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE

Tendências da Migração

Do descobrimento até aproximadamente 1930, quando começou a predominar a migração interna, o Brasil foi um país de imigrantes, livres ou escravos. O fluxo principal nas últimas décadas foi das áreas rurais no Nordeste e Minas Gerais em direção aos grandes centros urbanos no Sudeste. Mais de três quartos da população passou a morar em cidades, concentrando-se em cidades cada vez maiores, inclusive as megalópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. No interior, por outro lado, famílias de "bóias-frias" passaram a viver em pequenas cidades e a trabalhar sazonalmente na agricultura. Um fluxo secundário em sentido contrário dirigiu-se às áreas de fronteira agrícola no Paraná, no Centro-Oeste e na Amazônia.

A partir da década de oitenta, surgiram algumas novidades que sinalizam um ponto de inflexão nos padrões históricos. Surgiu a migração internacional significativa do Brasil para outros países. As maiores cidades começaram a perder participação no total da população urbana, inclusive com saldos migratórios negativos em alguns casos como São Paulo. Ao mesmo tempo, as cidades médias aumentaram sua participação, o que significa desconcentração da população urbana.

Com a criação de novos municípios, aumentou o número de lugares urbanos e a malha urbana tornou-se mais extensa e mais fina. A migração para áreas de fronteira também arrefeceu nos anos oitenta. O grau de urbanização na Amazônia aumentou e houve migração de retorno para áreas de origem. Em todo o país aumentou a circulação entre áreas urbanas e rurais. Enquanto o emprego agrícola diminuiu, cresceu o emprego não agrícola em áreas rurais. Não se encontra mais emprego ou renda facilmente. Devido à retração de novas oportunidades, os excluídos que antes buscavam a inclusão via migração, ficam onde estão ou buscam soluções mais perto de casa, com movimentos frequentes de curta distância.

Os padrões demográficos e econômicos históricos associam-se a padrões socioculturais. O brasileiro como migrante que pretendia ficar só o suficiente para ganhar dinheiro e voltar para casa ou seguir adiante, ou seja, o bandeirante, conquistador, aventureiro, não tinha o mínimo de respeito pelo meio ambiente ou pelas pessoas. A fronteira significava terra abundante, a floresta era um obstáculo a ser vencido e a cidade era um local de passagem. O migrante típico do passado consumia ou recursos naturais de maneira desenfreada e sujava a casa dele e a dos outros, não se preocupando com o equilíbrio ambiental ou social. Resta ver se os novos padrões demográficos serão associados a mudanças socioculturais no sentido de maiores cuidados com o ambiente como lar permanente.

Tendências do Meio Ambiente

Desde os tempos do pau-brasil, passando pelos ciclos da cana, da mineração e do café, entre outros, a estrutura produtiva brasileira seguiu um padrão predador, visando a extração de riquezas para maximização do lucro imediato. As atividades extrativistas, com a possível exceção da borracha, retiravam de vez os recursos naturais não renováveis. As atividades agrícolas, por outro lado, esgotavam a fertilidade do solo, num contexto de terras abundantes aparentemente sem fim. Exemplo maior disso foi a marcha do café do

vale do Paraíba atravessando São Paulo e entrando no Paraná. Com o desenvolvimento urbano-industrial via substituição de importações, ao consumo desenfreado de recursos naturais acrescentou-se um padrão de poluição da água, do ar e dos solos. O Brasil chegou a considerar a poluição como sinal de desenvolvimento.

No período recente, entretanto, observamos alguns sinais de mudança do padrão depredador e poluidor. À medida que se moderniza, a agricultura aumenta cada vez mais a produtividade em vez de expandir sua área. Com a globalização da economia, tanto as atividades primárias (agricultura e extrativismo florestal e mineral) quanto a indústria têm que obedecer critérios ambientais exigidos pelos países desenvolvidos se pretendem ter competitividade no mercado global. Uma série de acordos internacionais, principalmente aqueles decorrentes da Conferência do Rio de Janeiro ("ECO-92"), consagra o conceito de desenvolvimento sustentável, estabelece normas e cria compromissos. Internamente, a influência internacional e a reação dos cidadãos implica mudanças institucionais tais como garantias constitucionais de um meio ambiente saudável, a criação do CONAMA, do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente e a inserção de referências ao meio ambiente nas normas sanitárias, agrícolas, industriais e do ministério público. Forma-se uma rede de conselhos participativos de meio ambiente nos estados e municípios e multiplicam-se as ONGs. Forma-se uma nova opinião pública favorável ao meio ambiente. Pensa-se em certificação ambiental do tipo "selo verde", no uso sustentável da biodiversidade e em "cidades saudáveis". Assim, tanto as mudanças objetivas na estrutura produtiva quanto a nova valorização do meio ambiente, apesar de muitas resistências e de gestos vazios "para inglês ver", sinalizam mudanças no sentido de um novo padrão de desenvolvimento mais sustentável.

INTERAÇÕES ENTRE MIGRAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Tanto a migração pode afetar o meio ambiente quanto as mudanças ambientais

podem afetar os padrões migratórios. Por ora, consideramos os efeitos num sentido e em outro.

Impactos Ambientais da Migração

Os principais impactos ambientais da migração no Brasil estão relacionados à expansão da fronteira agrícola e à urbanização acelerada, embora também existam alguns impactos mais específicos. O conjunto de problemas ambientais que afeta a área rural é conhecido internacionalmente como a "agenda verde". Os problemas ambientais urbanos, por outro lado, constituem a chamada "agenda marrom".

A migração acompanhou a expansão "horizontal" da fronteira agrícola, inclusive deixando certo vazio ou fronteira "oca" por trás. Em anos recentes, à medida em que a fronteira atingiu a floresta amazônica e chamou a atenção do resto do mundo, reconheceu-se que o desmatamento implica perda de biodiversidade e contribui para o efeito estufa (aquecimento do planeta) por meio da liberação de carbono. Estes problemas relacionados à biodiversidade e ao clima são considerados globais. Processos semelhantes ocorrem no Cerrado, com a pecuária e, cada vez mais, com a soja. Embora os impactos ambientais maiores sejam provocados pelos grandes produtores, os pequenos também têm sua parcela de contribuição, por necessidade de desmatamento para plantar suas roças. Muitas vezes, são forçados a ocupar terras frágeis.

No meio urbano, ao longo das últimas décadas, como resultado do êxodo rural, surgiram as famosas favelas e, principalmente, extensas periferias urbanas. O processo de urbanização acelerada via migração de populações pobres gerou condições de vida precárias, com carência de saneamento. A poluição do ar e o congestionamento de trânsito afetam todas as classes. Ocorrem enchentes por causa da impermeabilização do solo. Os mananciais ficam ocupados e as águas dos rios e das baías ficam poluídas. Não se sabe o que fazer com o lixo. A desconcentração incipiente da população urbana pode representar certo alívio para as grandes metrópoles, mas também significa o desloca-

mento ou a generalização dos problemas ambientais urbanos, às vezes para cidades sem condições, especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Além dos problemas ambientais urbanos, as cidades também geram impactos ambientais indiretos porque exigem grandes obras tais como usinas hidrelétricas ou nucleares, reservatórios de água e extensas redes rodoviárias e ferroviárias. Os novos padrões de consumo típicos das cidades implicam maior uso de energia e matérias primas. Assim, multiplica-se o impacto ambiental da migração campocidade, atingindo as áreas rurais.

Evidentemente, uma vez que têm sentidos opostos, os processos concomitantes de concentração e desconcentração populacional acima descritos não são totalmente negativos. Existe interação ou "trade-offs" entre um e outro. De um lado, a dispersão populacional alivia a pressão sobre as grandes cidades, mas cria pressões próprias. De outro, a urbanização alivia a pressão sobre a biodiversidade e o sequestro de carbono, mas gera outros problemas.

Há que se lembrar que o impacto do crescimento populacional nem sempre é decorrente da migração, podendo também ser resultado do crescimento vegetativo ou natural, isto é, a diferença entre nascimentos e mortes. A maior parte do crescimento populacional na Amazônia deve-se à fecundidade (número médio de filhos por mulher), ainda relativamente elevada naquela região, quando comparada com o Sul ou Sudeste. Nas cidades, à medida que o tamanho da população total cresce, inclusive por causa da migração passada, aumenta a parcela do crescimento que se deve ao componente vegetativo, mesmo com fecundidade menor. Para São Paulo, por exemplo, 1% de 10 milhões corresponde a 100 mil pessoas por ano, ou um milhão durante uma década. Os fluxos migratórios dificilmente conseguem "concorrer" com estes números.

Além das grandes tendências acima descritas, ocorrem também alguns impactos ambientais específicos de outros tipos de mobilidade populacional modernos tais como o turismo e a migração pendular ("commuting"), que ligam cada vez mais

a cidade e o campo por meio de movimentos populacionais.

O potencial econômico do turismo internacional, nacional ou local cresce com o grau de desenvolvimento do país ou região de origem dos turistas e atinge proporções inéditas no mundo atual. Parece que, além de dispor de renda e tempo, o homem desenvolvido sente a distância da tranquilidade, do verde, do ar puro, e da flora e fauna da natureza. Estas qualidades inerentes ao passado e às regiões menos desenvolvidas tornam-se mercadorias no mundo moderno. Além de lazer, como no caso da praia, procuram-se caminhadas, cachoeiras, cavernas, rios e lagos para canoagem e outros esportes aquáticos, assim como a caça e pesca tradicional ou pesque-pague. Ao lado do turismo convencional, surgem o turismo agrícola, o turismo científico e o ecoturismo.

Em alguns casos, o turismo leva à destruição, como é especialmente evidente no litoral. Por outro lado, o ecoturismo está sendo recomendado como uma das formas mais viáveis e rentáveis de desenvolvimento sustentável, uma vez que pode combinar a geração de renda com a preservação ambiental. Pode reforçar o uso sustentável da biodiversidade, constituindo um mercado para os produtos agroextrativistas.

A mobilidade pendular diária, semanal ou sazonal torna-se possível graças aos transportes e comunicações modernos. Pessoas de renda média ou alta que trabalham na cidade podem morar ou ter casas na área rural em sítios, chácaras ou condomínios, como podem ter casas ou apartamentos de praia. Também cada vez mais observa-se no Brasil a residência rural de pessoas de renda inferior com ocupações urbanas tais como empregada doméstica, motorista de ônibus e jardineiro.

Os loteamentos, o desmatamento, o esgoto não tratado, o lixo a céu aberto e a destruição de manguezais são impactos ambientais desses novos padrões de mobilidade populacional turística ou temporária.

Outro tipo de mobilidade populacional que cresce no mundo atual é o movimento de refugiados de situações de conflito. Os refugiados vivem em condições ambientais especialmente precárias. Esta situação que

afeta milhões de pessoas no mundo, como em Ruanda e Camboja, felizmente não é comum no Brasil. O que mais se assemelha é a situação dos acampamentos de sem-terra, os sem-teto e os meninos e meninas de rua.

Impactos do Meio Ambiente sobre as Migrações

As condições ambientais podem afetar a migração de diversas maneiras: o volume, a origem e o destino, o tempo, ou ainda a seletividade da migração, isto é, as características de quem fica e quem sai em termos de renda, escolaridade, etnia, etc.

A degradação ambiental, via esgotamento de recursos naturais ou poluição, pode provocar emigração de áreas rurais, seja para novas áreas rurais, como no caso da fronteira "oca", seja para áreas urbanas. Ainda pode ocorrer a migração de retorno. Quando não sentido em termos ambientais, o impacto ambiental gradual ou crônico pode ser percebido indiretamente por meio de produção ou renda decrescente: a terra é pobre, não tem mais peixe, o minério acabou. O migrante chega à conclusão que "não dá mais" e vai em frente.

Outras vezes, a causa ambiental é mais aguda, como no caso de inundação ou deslizamento. Comparado com outras camadas, as populações pobres se estabelecem e permanecem em lugares mais sujeitos a riscos ambientais. Ainda existem processos intermediários ou intermitentes, tais como os flagelados pela seca no Nordeste ou o deslocamento de dunas de areia que enterram cidades litorâneas.

Além da migração rural, os novos problemas ambientais também provocam o êxodo de cidades grandes, como ocorreu no caso de São Paulo na década passada, quando houve forte saldo migratório negativo: saíram cerca de 400 mil pessoas mais que entraram. Os destinos podem ser a periferia das regiões metropolitanas, as cidades médias do interior ou os lugares de origem dos migrantes.

Ambientes pouco sadios repelem migrantes que têm mais condições de escolher onde querem se fixar, influenciando na

seletividade da migração. Pessoas com poder aquisitivo saem de cidades ou bairros contaminados. Na fronteira amazônica, os agricultores com maiores recursos evitam assentar-se em localidades com elevadas taxas de malária. Riscos de hepatite ou dengue dificultam o desenvolvimento do turismo em certas áreas do litoral.

SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS

As relações de causa e efeito acima delineadas entrelaçam-se. Na realidade, surgem interações complexas e cumulativas entre um fator e outro, com mediações de outros fatores, de forma que não está claro se a migração ou o meio ambiente são causas ou efeitos. O exame de alguns casos significativos ilustra a complexidade e ajuda a identificar pistas de ação.

Poluição Industrial

O pólo industrial de Cubatão tornou-se conhecido como o "Vale da Morte" por causa da poluição do ar concentrada pela Serra do Mar, além dos riscos de vazamentos e incêndios. O fato de que os trabalhadores de classe média moravam fora do município, permanecendo apenas os pobres (um caso de seletividade migratória), dificultava a organização da pressão política contra a poluição.

Subúrbios Ricos

Embora o padrão urbano histórico no Brasil tem sido moradia dos ricos no centro e de pobres na periferia, cresce o número de condomínios, loteamentos e casas de campo para as classes de maior renda, motivado, em parte, pela fuga da poluição nos grandes centros urbanos. A seletividade é semelhante ao caso de Cubatão.

Núcleos Urbanos dos Excluídos

Em frente ao Projeto Jari, na outra margem do rio, acumularam-se trabalhadores eventuais e prostitutas em um núcleo urbano espontâneo conhecido como Beiradão, sem condições mínimas de saneamento. Processos semelhantes ocorreram em outros lugares do Pará, como Ourilândia, originalmente chamado

“Guaritaí”, na porteira do Projeto Tucumã, bem como em Paraopebas, na entrada do Projeto Carajás.

Colonização na Amazônia

No projeto de colonização Machadinho, no então município de Ariquemes, Rondônia, instalado em 1984 como parte do POLONOROESTE, a malária atingiu uma média de três casos por pessoa por ano. Como em outros novos assentamentos agrícolas na Amazônia, as populações politicamente marginalizadas foram vítimas de uma agressão ambiental, por meio dos impactos sobre a saúde.

Atingidos por Barragens

Além dos reassentados por causa de inundação, existem outros tipos de atingidos por barragens. Por exemplo, os pescadores que se instalaram nas ilhas do Lago de Tucuruí são, na verdade, “refugiados ambientais”, porque depois do fechamento da barragem, a qualidade da água a jusante se alterou e o peixe tornou-se escasso. Por sua vez, os assentados no rio Gelado, mais a oeste, estão fugindo da praga de mosquitos na beira do lago.

Reservas Extrativistas

Milhares de famílias, principalmente na Amazônia, optam por ficar como seringueiros, castanheiros e ribeirinhos quando as Reservas Extrativistas garantem seu acesso à terra e aos recursos naturais renováveis, que exploram de forma mais sustentável. Preferem não migrar para as cidades. Em alguns casos, como dos pescadores, o local de residência não coincide com o local da atividade extrativista. A legislação deve levar em conta que alguns extrativistas são migrantes temporários.

Unidades de Conservação

Cresce o reconhecimento de que pode ser preferível a presença de populações tradicionais em alguns tipos de unidades de conservação, desde que explorem os recursos naturais de forma sustentável, com baixo impacto, e ajudem a evitar a exploração predatória.

Pólos Agroflorestais

Na periferia de Rio Branco, famílias de ex-seringueiros foram assentadas em pe-

quenos lotes de 4 ha. em que produzem hortifrutigrangeiros para o mercado urbano, usando a infra-estrutura e os serviços da cidade vizinha. A experiência, que implica redução de custos de assentamento, constitui uma nova forma de articulação entre o rural e o urbano.

Acampamentos e Assentamentos de Sem-Terra

Em centenas de pontos do Brasil, trabalhadores rurais sem-terra estão vivendo em acampamentos e assentamentos debaixo de plástico preto, sem água e saneamento. Nota-se que em muitos casos eles já foram moradores urbanos, mas preferem voltar ao campo por questões de sobrevivência e mesmo qualidade de vida.

A lista de experiências de interação entre migração e meio ambiente poderia ser extensa, mas serve para subsidiar um diagnóstico e uma discussão sobre o que fazer em termos políticos.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

A complexidade das interações entre migração e meio ambiente, que por sua vez dependem do contexto econômico, político e sociocultural, indica que a solução definitiva dos diversos problemas dependerá de amplas mudanças no padrão de desenvolvimento no Brasil, no sentido de maior equidade e sustentabilidade. Devem ser concentrados esforços no sentido de mudanças amplas. Contudo, existe alguma margem para ações específicas relacionadas à migração e ao meio ambiente. Por exemplo:

1. No caso de impactos ambientais da migração, é muito comum culpar a vítima e propor limites à migração. No entanto, os direitos do migrante são os mesmos dos outros membros da sociedade. No Brasil, os outros ainda não têm todos os seus direitos, mas os migrantes têm menos ainda. Deve-se garantir aos migrantes todos os direitos humanos e do cidadão incluídos em documentos internacionais e na Constituição, inclusive o direito a um meio ambiente saudável e o direito de ir e vir. Seria importante pensar, também, no direito de ficar.

2. O setor público e as organizações da sociedade civil que avaliam impactos ambientais devem considerar os impactos de processos amplos, além de projetos pontuais específicos, e devem incluir os impactos sobre a migração, seja para expulsar populações residentes, seja para atrair migrantes que terão que ser atendidos durante ou depois da obra.

3. Os legisladores e os órgãos ambientais devem prestar especial atenção para a situação específica dos migrantes, como no caso de populações agro-extrativistas, não supondo que a população brasileira se limita a residentes permanentes e fixos.

4. Os acordos internacionais que resultaram das conferências das Nações Unidas, que são um aspecto da globalização, fornecem um marco de princípios considerados universais que podem ser invocados no plano nacional ou local. Neste caso, a referência principal é a Agenda 21, que deveria ter desdobramentos nacionais e locais. Por outro lado, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, forneceu diretrizes quanto à migração.

5. Uma vez que a seletividade da migração pode dificultar a ação política, quando os insatisfeitos que têm condição evitam ou abandonam locais com estresse ambiental, há que se buscar mecanismos de ação articulada que facilitem pontes entre migrantes e não migrantes.

Enfim, trata-se de fazer com que a migração seja opção para a população brasileira, não uma imposição. O ideal seria que todos os brasileiros finalmente se sentissem em casa, como moradores permanentes em vez de migrantes, buscando o equilíbrio ambiental e social e tomando os cuidados necessários para garantir um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.

* Donald Sawyer é Coordenador Executivo do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

BIBLIOGRAFIA

BRUNDTLAND, Gro Harlem
(1987) *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.